

ção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, e, os mecanismos que asseguram tais direitos, dando assim visibilidade ao CMDPI; XV - Elaborar e apresentar proposta de criação de formas de divulgação e comunicação do CMDPI; XVI - Realizar o planejamento de suas atividades; XVII - Manter articulação com as demais comissões do CMDPI, a fim de realizar ações integradas. XVIII - Mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações. Fortaleza, 06 de outubro de 2020. COLEGIADO DO CMDPI FORTALEZA. **Paiva José Juca de Mesquita - PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.**

PODER LEGISLATIVO

“MATÉRIAS PUBLICADAS POR EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA”

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 018, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

Promove ajustes na Lei Orgânica do Município, de modo a preservar a harmonia dos seus dispositivos com a Constituição Federal, a Constituição Estadual e o Regimento Interno.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de sua atribuição expressa no artigo 26, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza. PROMULGA: Art. 1º - O caput e o parágrafo único do art. 20 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 20. No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, em sessão solene de instalação, independentemente do número de Vereadores presentes, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os de maior número de legislaturas presente, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse. Parágrafo Único. O Vereador que não tomar posse na sessão de instalação deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo, apresentado por escrito e aceito pela Mesa Diretora, sob pena de considerar-se haver renunciado tacitamente.” Art. 2º - O caput e o § 1º do art. 21 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 21. A Câmara Municipal de Fortaleza reunir-se-á anualmente, em sessões legislativas ordinárias, divididas em dois períodos legislativos, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. § 1º - As reuniões de início e fim dos períodos estabelecidos no caput serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em dia de sábado, domingo ou feriado.” Art. 3º - O caput do art. 22 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 22. As sessões da Câmara Municipal de Fortaleza serão sempre públicas.” Art. 4º - O caput do art. 24 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 24. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta da Casa, em caso de urgência e de interesse público relevante.” Art. 5º - Fica alterado o caput do art. 25 da Lei Orgânica do Município, e ficam acrescidos o parágrafo único do art. 25, o art. 25-A e o art. 25-B, com as seguintes redações: “Art. 25. Na primeira sessão legislativa de cada legislatura, imediatamente após a posse dos Vereadores, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os de maior número de legislaturas presente, realizar-se-á a eleição da Mesa Diretora para o primeiro biênio.” “Parágrafo Único. Os membros da Mesa Diretora eleitos na eleição de que trata o caput tomarão posse imediatamente após a proclamação do resultado.” “Art. 25-A. Na primeira sessão ordinária do mês de dezembro da segunda sessão legislativa de cada legislatura, realizar-se-á a eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio. § 1º - Os membros da Mesa Diretora eleitos na eleição de que trata o caput tomarão posse no dia 1º de janeiro da sessão

legislativa subsequente. § 2º - A segunda sessão legislativa não será encerrada sem que tenha ocorrido a eleição de que trata o caput. Art. 25-B. O mandato dos membros da Mesa Diretora será de dois anos, permitida a reeleição para os mesmos cargos, independentemente de legislatura.” Art. 6º - O inciso V do art. 26 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 26. V — propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo municipal em face da Constituição Estadual;” Art. 7º - O caput e o parágrafo único do art. 27 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 27. São de iniciativa privativa da Mesa Diretora as proposições que disponham sobre:

Parágrafo único. Nas proposições de iniciativa privativa da Mesa Diretora, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.” Art. 8º - O caput e o inciso III do art. 28 e o caput do art. 30 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 28. A Câmara terá comissões permanentes e temporárias. III — convocar Secretários Municipais ou responsáveis pela administração direta e indireta para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;” “Art. 30. A Câmara Municipal, bem como qualquer uma de suas comissões, poderá, mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta de seus respectivos membros, convocar Secretários Municipais ou responsáveis pela administração direta e indireta para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ficando sujeita às sanções penais e administrativas cabíveis a ausência sem justificativa adequada.” Art. 9º - Os incisos VI e XIV do art. 32, o caput e o parágrafo único do art. 76 e o inciso XXXVIII do art. 83 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 32. VI — autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a ausentarem-se do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias;

..... XIV — conceder, mediante Projeto de Decreto Legislativo, apoiado com a assinatura de 2/3 (dois terços) dos seus membros, o Título de Cidadão Honorário, no máximo de 4 (quatro) por Vereador, em cada legislatura, para homenagear pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao povo de Fortaleza ou que se tenham destacado no Município pela atuação exemplar da vida pública e particular.” “Art. 76. O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem autorização da Câmara Municipal, ausentar-se do Município, por período superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perda do cargo. Parágrafo Único. No período de recesso parlamentar da Câmara Municipal de Fortaleza, o Prefeito e o Vice-Prefeito estarão dispensados da obrigação constante no caput, desde que comprovem ter dado ciência inequívoca ao Presidente da Câmara Municipal.” “Art. 83. XXXVIII — solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara Municipal para ausentar-se do Município, por tempo superior a 15 (quinze) dias.” Art. 10. O caput do art. 71 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 71. O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em suas ausências do território municipal superiores a sete dias, do País por qualquer tempo e em caso de impedimentos, sucedendo-lhe no caso de vacância.” Art. 11. Fica acrescido o art. 38-A na Lei Orgânica do Município, com a seguinte redação: “Art. 38-A. Os Vereadores não poderão: I — desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior; II — desde a posse: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada; b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso

..... VI — autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a ausentarem-se do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias;

..... XIV — conceder, mediante Projeto de Decreto Legislativo, apoiado com a assinatura de 2/3 (dois terços) dos seus membros, o Título de Cidadão Honorário, no máximo de 4 (quatro) por Vereador, em cada legislatura, para homenagear pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao povo de Fortaleza ou que se tenham destacado no Município pela atuação exemplar da vida pública e particular.” “Art. 76. O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem autorização da Câmara Municipal, ausentar-se do Município, por período superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perda do cargo. Parágrafo Único. No período de recesso parlamentar da Câmara Municipal de Fortaleza, o Prefeito e o Vice-Prefeito estarão dispensados da obrigação constante no caput, desde que comprovem ter dado ciência inequívoca ao Presidente da Câmara Municipal.” “Art. 83.

..... XXXVIII — solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara Municipal para ausentar-se do Município, por tempo superior a 15 (quinze) dias.” Art. 10. O caput do art. 71 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 71. O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em suas ausências do território municipal superiores a sete dias, do País por qualquer tempo e em caso de impedimentos, sucedendo-lhe no caso de vacância.” Art. 11. Fica acrescido o art. 38-A na Lei Orgânica do Município, com a seguinte redação: “Art. 38-A. Os Vereadores não poderão: I — desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior; II — desde a posse: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada; b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso

I, alínea "a"; c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a"; d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo." Art. 12. Ficam alterados o caput e o parágrafo único do art. 39 da Lei Orgânica do Município, e ficam acrescidos a ele os §§ 2º, 3º e 4º, com as seguintes redações: "Art. 39. Perderá o mandato o Vereador: I — que infringir qualquer das proibições e das incompatibilidades estabelecidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município; II — cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar; III — que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa ordinária, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão autorizada; IV — que perder ou tiver suspensos os direitos políticos; V — quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal; VI — que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado; VII — que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa. § 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara Municipal de Fortaleza ou a percepção de vantagens indevidas. § 2º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido com representação na Casa, assegurada ampla defesa. § 3º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda do mandato será declarada pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou de Partido com representação na Casa, assegurada ampla defesa. § 4º - A renúncia de Vereador submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º." Art. 13. Os incisos I e II do art. 40 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com as seguintes redações: "Art. 40. I — licenciado pela Câmara Municipal para ocupar os cargos de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Município, bem como cargos equivalentes na esfera federal, estadual ou municipal, e para assumir mandato eletivo estadual ou federal, na condição de suplente, pelo tempo em que durar o afastamento ou a licença do titular; II — licenciado pela Câmara Municipal por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não exceda a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa." Art. 14. O § 3º do art. 48 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 48. § 3º - O prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de Código." Art. 15. Os §§ 1º, 3º, 6º e 7º do art. 53 da Lei Orgânica do Município passam a vigorar com as seguintes redações: "Art. 53. § 1º - Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto. § 3º - O veto será apreciado pela Câmara, dentro de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores. § 6º - Rejeitado o veto, o projeto será enviado ao Prefeito para promulgação. § 7º - Se a lei não for promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 6º, o Presidente da Câmara a promulgará em igual prazo." Art. 16. Ficam acrescidos os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 56 da Lei Orgânica do Município, com as seguintes redações: "§ 1º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara. § 2º - A emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa Diretora da Câmara, com o respectivo número de ordem. § 3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser

objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa." Art. 17. Fica alterada a expressão "Tribunal de Contas dos Municípios", passando a vigorar como "Tribunal de Contas" nos textos do inciso VIII do art. 32; do inciso XI do art. 36; do caput do art. 37; do inciso XVIII do art. 83; do caput e do parágrafo único do art. 101; e do § 7º do art. 177, todos da Lei Orgânica do Município. Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do art. 22; os incisos I e II do art. 24; os §§ 2º e 3º do art. 28; os §§ 1º e 2º do art. 30; os incisos III, VII e a alínea "b" do inciso VIII do art. 32; o inciso VIII do art. 36; o art. 41; o inciso II do art. 46; o parágrafo único do art. 50; e o art. 77, todos da Lei Orgânica do Município. PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA JOSÉ BARRÓS DE ALENCAR, em 16 de dezembro de 2020. **Antônio Henrique da Silva - PRESIDENTE. Adail Fernandes Vieira Júnior - 1º VICE-PRESIDENTE. Raimundo Cunha Filho - 2º VICE-PRESIDENTE. Gardel Ferreira Rolim - 3º VICE-PRESIDENTE. Antônio Idalmir Carvalho Feitosa - 1º SECRETÁRIO. Lavoisier Ferrer Lima - 2º SECRETÁRIO. Lucimar Vieira Martins - 3ª SECRETÁRIA.**

*** **

ATO DA MESA Nº 011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil reais), forma que indica.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, nos termos do Inciso I do artigo 32 do Regimento Interno e no uso de suas atribuições legais que lhe outorga toda a legislação em vigor. DECRETA: Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária no orçamento vigente, conforme abaixo:

01031.0002.2195.0001	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS	
31.90.11.00103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	1.500.000,00
31.91.13.00103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000.000,00
01031.0002.2783.0001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
33.90.33.00103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.000.000,00
TOTAL		R\$ 3.500.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para a cobertura do Crédito Suplementar de que trata o art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotação consignada no orçamento vigente, conforme abaixo:

01031.0002.2783.0001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
33.90.39.00103	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	1.500.000,00
01031.0002.2783.0002	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
33.90.39.00103	OUTRAS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	2.000.000,00
TOTAL		R\$ 3.500.000,00

Art. 3º - Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 15 de dezembro de 2020. **Antônio Henrique da Silva - PRESIDENTE. Adail Fernandes Vieira Júnior - 1º VICE-PRESIDENTE. Raimundo Cunha Filho - 2º VICE-PRESIDENTE. Gardel Ferreira Rolim - 3º VICE-PRESIDENTE. Antônio Idalmir Carvalho Feitosa - 1º SECRETÁRIO. Lavoisier Ferrer Lima - 2º SECRETÁRIO. Lucimar Vieira Martins - 3ª SECRETÁRIA. (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO).**

*** **